



**ORGANIZAÇÃO
INTERNACIONAL
DO CAFÉ**

ED 2382/21

16 agosto 2021
Original: inglês

P

Comunicação do Governo do Brasil

O Diretor-Executivo apresenta seus cumprimentos e, para informação dos Membros, encaminha-lhes em anexo uma comunicação do Governo do Brasil, que solicita a distribuição da mesma aos Membros da Organização e aos sherpas da Força-Tarefa Público-Privada do Café.



REPRESENTAÇÃO PERMANENTE DO BRASIL JUNTO ÀS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS EM LONDRES

Rebraslon-046/2021

A Representação Permanente do Brasil junto às Organizações Internacionais em Londres apresenta seus cumprimentos à Organização Internacional do Café (OIC) e tem a honra de se referir às discussões realizadas no Grupo de Trabalho sobre o Futuro do Acordo, e em específico às concernentes à absorção do setor privado na Organização.

O Brasil deseja reconhecer o progresso alcançado nas negociações até o momento. Consideramos as atuais negociações visando a um novo Acordo uma oportunidade extraordinária para modernizar a Organização, que hoje padece da falta de um propósito claro. Nosso desafio é conferir mais realismo ao trabalho da OIC, incorporando o setor privado, que é responsável por toda a cadeia do café, da produção ao comércio, ao consumo e à comercialização.

A proposta do Brasil é no sentido de permitir-se que entrem para a Organização não só associações representando empresas privadas, mas também representantes da sociedade civil, como ONGs, membros do mundo acadêmico, instituições financeiras e órgãos das Nações Unidas. Dessa forma excluiríamos a participação de empresas privadas a título individual, impedindo que corporações imponham sua agenda específica à OIC. Através de representação por associações, a agenda de cada parte interessada é diluída em uma agenda da associação, mas, indo além, em uma agenda do setor privado como um todo.

A presença do setor privado na Organização permitiria um diálogo frutífero e permanente com os governos, capaz de ampliar o alcance da Organização, e contribuiria para a formação de consenso para enfrentar problemas que não só afetam toda a cadeia, mas também dizem respeito aos Membros individualmente. A OIC continuaria a ser uma organização intergovernamental, embora sem lidar com uma agenda restrita ao setor público, mas aberta ao setor cafeeiro como um todo. Para aderir, as associações e instituições da sociedade civil deveriam ser patrocinadas por um país Membro e aprovadas pelo Conselho.

O Brasil considera que esta é a única maneira de ir adiante em um clima de mercado democrático e livre. O Brasil está convicto de que temos de trabalhar dentro dos limites do mercado livre. O regresso a um sistema de quotas antiquado representaria uma intervenção governamental indesejada no mercado. Os mercados livres, entretanto, podem criar distorções, como todos sabemos. É dever dos países Membros identificar esses desafios e trabalhar incansavelmente com outros Membros e com o setor privado e os representantes da sociedade civil para superá-los.

Com respeito à Força-Tarefa Público-Privada do Café, o Brasil gostaria de, mais uma vez, externar sua satisfação com os resultados obtidos até agora. Gostaríamos de aproveitar esta oportunidade para agradecer a todos os envolvidos por seu trabalho árduo e seu empenho em construir um mundo melhor e mais equitativo. Também gostaríamos de reiterar nossa gratidão pelo apoio das agências de desenvolvimento da Alemanha e da Suíça.

Pensamos que os atuais grupos de trabalho estão tratando de questões que dizem respeito a todos os Membros, bem como a todo o setor, como as que formam a temática ambiental, social e de governança (ESG). É preciso lidar com essas questões de forma sistemática, e não só através do presente exercício da Força-Tarefa. Elas devem constar permanentemente da agenda da OIC, bem como, espera-se, da agenda doméstica de cada um de seus Membros. É nosso entender que todos os interessados, sejam eles produtores ou torrefadores, mais cedo ou mais tarde precisarão aderir a muitos desses princípios para poderem satisfazer às expectativas dos consumidores do mundo todo.

No entanto, o Brasil entende que alguns dos problemas que afetam os países produtores, como, por exemplo, a garantia de preços justos pelo café verde e de acesso equitativo ao mercado mundial, até agora não foram tratados da maneira apropriada pela Força-Tarefa.

Reconhecemos que o trabalho da FTTPC está apenas começando. Até este ponto ela demonstrou sua funcionalidade, engajando os países Membros, o setor privado, organizações do terceiro setor e órgãos das Nações Unidas em discussões construtivas. Julgamos que a Força-Tarefa deve ser consagrada em um novo Acordo, como braço operacional da Organização com capacidade para viabilizar a continuação desse trabalho. Só através dela é que a Organização poderia tratar de muitos dos problemas que permeiam toda a cadeia do café.

O Brasil confia em que as negociações atinentes à renovação do Acordo estão seguindo em direção a um resultado positivo, mutuamente vantajoso, e logo devem levar a consenso sobre todos os temas ainda por discutir. Nossa expectativa é de que as atuais discussões poderão ser concluídas nos próximos meses, antes do final do ano em curso.

O Brasil solicita que, por obséquio, esta nota seja distribuída aos países Membros e aos sherpas da Força-Tarefa.

A Representação Permanente do Brasil junto às Organizações Internacionais em Londres aproveita a oportunidade para renovar ao Secretariado da Organização Internacional do Café os protestos de sua mais alta estima e consideração.

Londres, 16 de agosto de 2021